

RECÔNCAVO

ISSN 2238 - 2127

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E CAPITALISMO: UMA COEXISTÊNCIA CONTRADITÓRIA

Luciano Bispo dos Santos¹
Elmo Rodrigues da Silva²

RESUMO

A partir das décadas de 1960 e 1970, por conta dos movimentos ambientalistas, os problemas relativos à poluição e escassez de recursos para a produção industrial não passaram despercebidos e foram, pouco a pouco, incorporados como “variáveis ambientais” na discussão sobre a sociedade industrial. Frente às questões ambientais, o sistema capitalista vem incorporando conceitos e adotando práticas “politicamente corretas” para tornar possível sua reprodução. Em outras palavras, o sistema capitalista conseguiu incorporar a variável “meio ambiente” como um novo produto a ser comercializado, abrindo um novo nicho de mercado que possibilita gerar mais acúmulo de riqueza desigual. A própria noção de desenvolvimento sustentável passou a ser adotada pelo sistema capitalista como forma de se autorreproduzir e de não impedir o desenvolvimento econômico, de modo que os problemas ambientais, além de não incorporar a variável social, foram “solucionados” a partir de tipos de compensação de degradação ambiental. Frente a estas questões, o objetivo do presente artigo é explicitar a contraditoriedade entre o ideário do desenvolvimento sustentável e o modelo capitalista vigente, a partir da observação das estratégias de autorreprodução do sistema capitalista.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável; meio Ambiente; capitalismo.

¹ Doutorando em Meio Ambiente no Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente da UERJ (PPGMA- UERJ). Coordenador do Curso de Administração da Faculdade de Reabilitação da ASCE – FRASCE. Professor da FRASCE e da FAETEC-RJ.

² Doutor em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz. Professor associado da UERJ. Pesquisador do Doutorado Multidisciplinar em Meio Ambiente – UERJ.

ABSTRACT

From the 1960 and 1970, because of environmental movements, problems relating to pollution and scarcity of resources for industrial production have not gone unnoticed and were gradually incorporated as "environmental variables" in the discussion of industrial society. About environmental issues, the capitalist system has been incorporating concepts and adopting "politically correct" practices to make reproduction possible. In other words, the capitalist system could incorporate the variable "environment" as a new product to be marketed, opening a new market niche that allows generating an unequal accumulation of wealth. The notion of sustainable development has been adopted by the capitalist system as a way to reproduce itself and not to impede economic development so that environmental problems, and do not incorporate social variable, were "solved" from types compensation for environmental degradation. Faced with these issues, the aim of this article is to explain the inconsistency between the ideas of sustainable development and the current capitalist model, from the observation of the strategies of self-reproduction of the capitalist system.

Keywords: Sustainable development; Environment; Capitalism.

INTRODUÇÃO

Na década de 1960 surgiram diversos movimentos sociais, dentre eles o movimento ecológico. Estes movimentos não criticariam apenas o modo de produção capitalista, mas, também, o modo de vida.

Com raízes histórico-culturais advindas de outros movimentos sociais, o movimento ecológico desencadeou o desenvolvimento de lutas em torno das questões mais diversas, que vão desde a extinção de espécies até mesmo guerras bacteriológicas. Em geral, o movimento ecológico atuava praticamente em todos os setores do agir humano possíveis de ser incorporados (GONÇALVES, 2006).

Uma vez que as análises então vigentes enfocavam apenas as contradições do modo de produção capitalista, o pensamento da ecologia política expressou um avanço significativo, pois criticava os custos crescentes da reprodução do sistema produtivo. Assim, o que estava em questão era uma alienação mais radical do que a

simples extração da mais-valia, a alienação entre a sociedade industrial e a natureza. (ZHOURI *et al.*, 2005).

Apesar dos ecologistas inicialmente serem rotulados como românticos e ingênuos opositores ao progresso, os problemas relativos à poluição e escassez de recursos para a produção industrial não passaram despercebidos e foram, pouco a pouco, incorporados como “variáveis ambientais” na discussão sobre a sociedade industrial. Isso gerou, como consequência, certa despolitização de debate ecológico, na medida em que as forças hegemônicas da sociedade reconheciam e institucionalizavam aqueles temas ambientais que não colocavam em questão as instituições da sociedade vigente (ZHOURI *et al.*, 2005).

Desde então, frente às questões ambientais, o sistema capitalista vem incorporando conceitos e adotando práticas “politicamente corretas” para tornar possível sua reprodução. Em outras palavras, pode-se dizer que o sistema capitalista conseguiu incorporar a variável “meio ambiente” como um novo produto a ser comercializado, abrindo um novo nicho de mercado que possibilita gerar mais acúmulo de riqueza desigual.

Frente a estas questões, o objetivo do presente trabalho foi analisar a contradição entre desenvolvimento sustentável e o modelo capitalista vigente, a partir da observação das estratégias de autorreprodução do sistema e dos avanços dos movimentos ambientalistas.

Para isso, inicialmente, será realizado um levantamento histórico do avanço dos movimentos ambientalistas frente ao capitalismo; em seguida, será abordado como o capitalismo reage frente aos esforços dos movimentos ambientalistas. Posteriormente, será discutida a mudança do papel e do conceito de desenvolvimento sustentável, e, por fim, serão abordadas estratégias de reprodução do capitalismo frente aos “entraves” ambientais.

1. AVANÇO DOS MOVIMENTOS AMBIENTALISTAS FRENTE AO CAPITALISMO

O movimento ecológico tem suas raízes histórico-culturais advindas de outros movimentos sociais e surgiu a partir da década de 1960. No movimento operário, por exemplo, toda uma cultura havia se desenvolvido a partir de raízes advindas do século XIX, e constituía o eixo em torno do qual se fazia a crítica teórica e prática da ordem

instituída. O movimento operário começa, de certa forma, a se institucionalizar porque coube ao Estado gerir e administrar as conquistas obtidas no interior dos países capitalistas. É neste contexto que começam a surgir uma série de movimentos, como os movimentos das mulheres, dos negros, os movimentos ecológicos, dentre outros, que apresentam crescente participação no cenário político (GONÇALVES, 2006).

Particularmente nos Estados Unidos, desde o início da década de 1970, o ambientalismo tem sido visto como grupo de pressão ou grupo de interesse, onde suas iniciativas são tomadas como problemas cujas soluções podem ser encaminhadas pelo sistema político convencional. Assim, os danos ambientais são, em parte, percebidos como males necessários da civilização ou o preço do progresso (BOEIRA, 1998).

Ainda nos anos de 1970, torna-se relevante, predominantemente na Europa ocidental, uma abordagem do ambientalismo como novo movimento social, onde autores da tradição socialista, críticos da burocracia estatal, do poder disciplinar e do consumismo colocam em destaque o valor qualidade de vida e exigem a descentralização do poder. Neste contexto, surgem os partidos verdes e as iniciativas que visam um modo de vida alternativo e multiplicam-se as percepções contrárias à civilização ocidental, ao estilo de vida americano e ao antropocentrismo. Surgem, assim, os defensores de uma ecologia profunda, mais voltada para o espiritualismo e para o biocentrismo.

Apesar dos ecologistas inicialmente serem rotulados como românticos e ingênuos opositores ao progresso, os problemas relativos à poluição e escassez de recursos para a produção industrial não passaram despercebidos e foram, pouco a pouco, incorporados como “variáveis ambientais” na discussão sobre a sociedade industrial. Isso gerou, como consequência, certa despolitização de debate ecológico, na medida em que as forças hegemônicas da sociedade reconheciam e institucionalizavam aqueles temas ambientais que não colocavam em questão as instituições da sociedade vigente (ZHOURI *et al.*, 2005).

Ramão *et al.* (2010) citam que o primeiro estudo que resgata os ideais conservacionistas e coloca definitivamente a destruição sistemática dos “recursos naturais” na pauta de discussões geopolíticas é o “Limites do Crescimento”, obra publicada em 1972 que registra o resultado de estudo desenvolvido pelo Instituto de Tecnologia de Massachusetts – (MIT), encomendado pelo Clube de Roma. Em virtude

do tom sombrio de suas conclusões, já que o documento indicava um possível colapso da “(re)produção natural” e destacava a fome, a poluição e o crescimento demográfico como vilões da humanidade, ocorre a Primeira Conferência Mundial de Desenvolvimento e Meio Ambiente (1972), em Estocolmo.

O temor de que a destruição da reprodução capitalista fosse causada pelo esgotamento dos recursos naturais tornou-se, definitivamente, assunto de repercussão em discussões econômicas mundiais. Buscando uma “solução” urgente para a “problemática” ambiental, é aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1983, a criação de uma equipe para trabalhar esta questão, que recebe o nome de Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD). Desta forma, o conceito de Desenvolvimento Sustentável foi trazido ao debate internacional e amplamente divulgado no documento “Nosso Futuro Comum”, onde é dito:

Desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações futuras [...] é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades (CMMAD, 1986).

A partir da formulação desse conceito, percebe-se no movimento ambientalista uma alteração em sua trajetória, pois não ressaltava mais apenas a possibilidade de esgotamento dos recursos naturais não renováveis, mas, sim, a conclusão de que crescimento e desenvolvimento não são sinônimos, e que para ter desenvolvimento, este necessariamente precisa ser includente (SACHS *apud* Amorim & Oliveira, 2011).

Frente a um contexto de transformações em escala global, que incluiu o fim da guerra fria, o declínio do socialismo real e o incremento da globalização econômica, as referências políticas foram se alojando por entre inúmeros lugares sociais, incluindo uma variedade de ambientalistas. Foi neste contexto que a década de 1990 consagrou o termo “desenvolvimento sustentável” como um campo de reconhecimento da “crise ambiental” em escala global e com a proposta de conciliação entre a crítica ambiental

e a sociedade industrial. Como consequência, registrou-se um superposicionamento do mercado global como regulador das políticas ambientais e sociais.

Com a instituição do neoliberalismo ocorrida com a criação da Organização Mundial do Comércio - OMC, em 1995, passou a existir de forma mais intensa o conflito entre o “regime econômico”, representado pela OMC, defensores da autorregulação do mercado e o “regime ambiental”, representado por aqueles que sustentam uma regulação dos assuntos ambientais por meio do Estado, conduzido no âmbito das Nações Unidas. Com isso, “somente os instrumentos compatíveis com a ideologia da ‘autorregulação do mercado’, tais como a certificação de produtos ‘ecologicamente corretos’ e o ‘Comércio de Carbono’, passaram a ter relevância na política mundial” (ZHOURI *et al.*, 2005, p. 15).

2. O CAPITALISMO FRENTE AOS ESFORÇOS DOS MOVIMENTOS AMBIENTALISTAS

As atividades de extração, processamento, distribuição e uso, que constituem o sistema capitalista, de alguma forma, provocam impactos sobre o meio ambiente ou sobre a saúde humana. Como comentam Espídula & Arruda (2008), o crescimento da população, seguido de novos padrões de produção e consumo, resulta em quantidades de resíduos e substâncias tóxicas poluentes com efeitos desastrosos na biodiversidade. Grande parte da população mundial vive em condições de alimentação, saneamento, habitação e acesso ao lazer, cada vez mais, precários. Muitos sobrevivem abaixo da linha de pobreza onde ficam extremamente vulneráveis a desastres e mudanças ambientais. Essas condições são diretamente responsáveis pela saúde arruinada e a baixa qualidade de vida, sendo a falta de saneamento básico e a poluição do ar responsáveis pela maior parte das doenças e mortes.

Ainda, segundo os autores, a má utilização dos recursos ambientais provoca ainda o desmatamento contínuo, a destruição da biodiversidade principalmente nas áreas tropicais, acompanhados de mudanças climáticas, extração predatória de recursos naturais, degradação dos solos, entre outros.

Amorim & Oliveira (2011) apontam que o comportamento indiferente acerca dos problemas ecológicos, e, em certo sentido, o não reconhecimento de que a natureza em um dado momento não mais proverá os benefícios tão reluzentes do

crescimento econômico, instala-se a crise ambiental em escala planetária. Depara-se, então, com o declínio das ideologias dominantes passadas e necessidade de impor uma nova forma de conceber o mundo, em particular, o mundo natural, não se tratando mais apenas dos riscos e consequências socioambientais, mas, sim, o risco de sobrevivência da espécie humana.

Segundo Gusmão e De Martini (2003), quando surgiu o problema da poluição, a sociedade percebeu que necessitava de uma salvaguarda para a natureza e o meio ambiente, que devia, de alguma maneira, fiscalizar as atividades produtivas, basicamente em relação à poluição provocada por elas. Até então, não havia preocupação em relação ao controle da poluição proveniente das atividades industriais. As empresas, mesmo aquelas poluidoras, eram consideradas geradoras de emprego, de prosperidade, de progresso e de desenvolvimento.

Nesse momento, coube a atuação do Estado, de forma a determinar limites e a preservar o bem comum através de mecanismos de controle do impacto das atividades industriais à natureza, como, por exemplo, o licenciamento ambiental ou de práticas proativas do próprio setor industrial como é o caso do crédito de carbono e certificação ambiental.

Desta forma, torna-se evidente que o conceito de desenvolvimento sustentável e as diversas ferramentas de gestão ambiental derivadas dele incorporam e representam a adaptação do capitalismo às novas necessidades do mundo atual. Na visão igualitária, internalizar os custos ambientais no sistema de produção capitalista não é garantia de que toda a sociedade e principalmente os setores atingidos pelas alterações ambientais desencadeadas pelo sistema capitalista possam ter acesso aos mercados. Ao mesmo tempo, na visão conservacionista, essas ferramentas possam induzir o sistema a uma adequação do uso de bens naturais economicamente quantificados.

3. MUDANÇA DO PAPEL E DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Segundo Guimarães (1998), as raízes modernas do conceito de desenvolvimento sustentável encontram-se na Conferência de Estocolmo em 1972, quando, pela primeira vez, chamou-se atenção para os impactos negativos do processo

de desenvolvimento no meio ambiente e no tecido social, ocasião na qual tomadores de decisão do mundo inteiro foram alertados sobre a existência de outras dimensões do desenvolvimento, para além da dimensão econômica.

Entretanto, a definição de desenvolvimento sustentável que ficou consagrada foi a do Relatório Brundtland, de 1987, difundida durante a realização da Rio-92, podendo ser resumida à seguinte sentença: “atender às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades” (WCED, 1987, p. 9).

Proposição interessante sobre conceito de desenvolvimento sustentável adotada por Machado (2012) é a dos seis princípios de ação: ser socialmente justo – tornando o processo de produção e reprodução da vida mais equitativo; ser economicamente viável – com a implementação de economias solidárias, afastando-se da visão de redução do ser humano e da natureza a moedas de troca; ser politicamente ético – com a adoção de formas democráticas de exercício do poder; ser culturalmente aceito – dando o direito de cada povo ter e praticar suas culturas, credos e religiões; ser ambientalmente ecológico – implica em pensar a vida de forma holística integrando homem e natureza de em todas as suas ações, promovendo o equilíbrio do sistema, e ser geracionalmente inclusivo, que implica em reconhecer e cuidar do direito de gerações futuras.

Diante de um quadro de adequação do meio ambiente e da sociedade ao crescimento econômico, segundo Zhouri *et al.* (2005), na conferência Rio+10, em 2002, foi realizado um balanço sobre as condições socioambientais do planeta e relevou-se o agravamento da situação de degradação ambiental, espoliação e expropriação dos recursos humanos e naturais.

As avaliações negativas mostraram a profunda necessidade de se repensar conceitos consagrados da década de 1990, como os de biodiversidade, sociodiversidade, justiça social, direitos humanos e desenvolvimento social, que foram associados pela ideia de desenvolvimento sustentável. Ainda, o discurso em favor do desenvolvimento sustentável incorporou “sociedade e desenvolvimento” numa concepção evolucionista e totalizadora de crescimento econômico. “A ‘natureza’ foi considerada como uma simples variável a ser ‘manejada’, administrada e gerida, de modo a não impedir ‘o desenvolvimento’ ” (ZHOURI *et al.* 2005, p. 15).

Além disso, nas décadas de 1980 e 1990, foi iniciada uma nova configuração da política ambiental que consagrou a especialidade técnica como um capital específico do "campo ambiental". Como consequência, ocorreu um aumento da demanda de órgãos públicos e de ONGs por profissionais qualificados nas "ciências ambientais". Em consequência da segmentação dos saberes pela ciência moderna, os especialistas passaram a se limitar aos temas de seu domínio particular, operacionalizando os saberes fragmentados, a partir da lógica hegemônica do desenvolvimento. Uma vez que o olhar técnico compartimentado apenas promove uma adequação do meio ambiente e da sociedade ao projeto proposto, obviamente, essa fragmentação favoreceu a reprodução do sistema capitalista (ZHOURI *et al.* 2005).

Uma das estratégias elaborada pelo sistema como forma de reprodução sociometabólica do capital é a apropriação da noção de sustentabilidade. Sob esta égide, o crescimento infinito e sustentabilidade são uma relação possível.

A ideia do desenvolvimento sustentável considera necessária e possível compatibilizar o "desenvolvimento econômico" infinito com a diminuição contínua das desigualdades sociais e a preservação dos "recursos" e equilíbrios naturais (Carneiro, 2005), para isso é necessário que os processos produtivos e formas de consumo promovam menor pressão ambiental possível.

Entretanto, tal proposição parece não convencer alguns pesquisadores do tema. Daly (2004), por exemplo, parte de exemplos científicos para destacar que é impossível sair da pobreza e da degradação ambiental através do crescimento econômico mundial ilimitado. Em outras palavras, crescimento sustentável é impossível. O autor prossegue afirmando que o próprio termo sustentabilidade é oxímoro, ou seja: uma falácia.

A "adequação ambiental" constitui, então, um verdadeiro paradigma, inserido na visão desenvolvimentista que, ao apostar na "modernização ecológica", motiva ações políticas que atribuem ao mercado "a capacidade institucional de resolver a degradação ambiental" (ACSELRAD, 2004a, p. 23 *apud* ZHOURI *et al.*, 2005).

Outra questão importante quando a noção de desenvolvimento sustentável é levantada por Carneiro (2005), mostra que trabalhos baseados no conceito de desenvolvimento sustentável apresentam listas de processos físicos-biológicos considerados como "problemas ambientais", no entanto, tais trabalhos não

desenvolvem nenhuma teorização com o intuito de considerar o problema social. No entanto, isso demandaria a análise do conteúdo das relações de produção vigentes e de como a lógica da produção por elas gerada enquadra os conflitos sociais em torno da apropriação das condições naturais, sendo necessário, assim, “transpor a fronteira intelectual delimitado pela ideologia de desenvolvimento sustentável e desvelar seus vínculos com os interesses objetivos do capital” (CARNEIRO, 2005, p. 31).

Assim, é necessário que a noção de desenvolvimento sustentável vá além da simples listagem de “problemas ambientais” e da tentativa de compensação da degradação a partir de meios de investimento que não comprometam o desenvolvimento capitalista, mas contemple, de fato, todas as variáveis necessárias, incluindo a social, a um real desenvolvimento que seja sustentável. Talvez, isso não seja possível com o atual sistema capitalista vigente.

4. ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO DO CAPITALISMO FRENTE AOS "ENTRAVES" AMBIENTAIS: REPRODUÇÃO SOCIOMETABÓLICA DO CAPITAL.

Provavelmente como formas de preservação, não foram postos limites para acumulação de riqueza no sistema capitalista através do lucro. A partir do conceito de acumulação ilimitada, o sistema vem criando formas de autorreprodução que garantem a sua multiplicação pelo mundo sem encontrar barreiras significativas, especialmente após a queda dos grandes blocos socialistas na década de mil novecentos e oitenta. Com isso, o capitalismo se tornou o sistema socioeconômico dominante, um fenômeno histórico mundial que apresenta, entretanto desenvolvimento desigual pelo mundo (GRAMSCI, 1977). Ou seja: o desenvolvimento econômico não pode ser atingido ao mesmo tempo e nos mesmos níveis por todas as nações mundiais.

O sistema capitalista é essencialmente predatório e depende dos recursos naturais para manter os níveis de produção e consumo nos limites mais altos. Com a promessa de que crescimento econômico resulta em aumento de qualidade de vida, o sistema continua extraindo aceleradamente insumos da natureza e exercendo forte pressão sobre o meio ambiente. A respeito disto, Carneiro (2005) destaca que:

Seguindo o argumento de O'Connor, podemos dizer que é o próprio funcionamento de um sistema de produção de mercadorias, estruturalmente orientado pela busca da maior rentabilidade na acumulação de riqueza abstrata, que conduz à degradação daquelas condições naturais da qual depende visceralmente.

O'Connor propõe, em seu trabalho publicado em 1980, uma contradição do modelo capitalista e também o apresenta como autodestrutivo, que deteriora o ambiente do qual depende para existir. Ao consumir os recursos naturais para manter-se em funcionamento, o sistema produtivo sob o pressuposto de nunca parar de funcionar, fomenta um modelo predatório que leva seus atores a agirem irresponsavelmente com o uso dos recursos naturais “à disposição” do homem. Tudo em nome do bom lucro.

Dito de outra forma, é a própria essência predatória do capitalismo quem impõe entraves à continuidade de seu desenvolvimento, uma vez que esse sistema depende do consumo, que depende da produção, que depende de recursos naturais para continuar a funcionar. Ademais, para uma acumulação mais rápida, o sistema promoveu a partir da revolução industrial a produção em massa que elevou a níveis extremos a velocidade com que extrai recursos naturais para alimentar o funcionamento do sistema produtivo. Outro ponto relevante nesta equação é o fato de que a natureza não consegue se recuperar a tempo para continuar fornecendo insumos ao sistema. Ou seja, enquanto a produção e consumo seguem o tempo de máquina, a recuperação dos ecossistemas segue o tempo biológico natural.

Essa diferença entre a velocidade de extração e a velocidade de recuperação da natureza, além de demonstrar toda a insustentabilidade do sistema, vem sendo percebida por meio do colapso ambiental e de indicadores, como o aumento do aquecimento global, o surgimento do buraco na camada de ozônio, mudanças climáticas drásticas, o reaparecimento de doenças antes erradicadas, dentre outros fatores que comprometem o bem-estar da geração presente assim como das futuras.

Entretanto, pouco a pouco o sistema capitalista passou a incorporar estes indicadores como “variáveis ambientais” na discussão sobre a sociedade industrial. Isso ocorreu pelo simples fato de que não era mais possível ignorar os problemas ambientais que passaram a surgir por conta do “desenvolvimento”. Desde então, frente às questões ambientais, o sistema capitalista vem adotando conceitos e práticas

“politicamente corretas” para tornar possível sua autorreprodução. Em outras palavras, pode-se dizer que o sistema capitalista conseguiu incorporar a variável “meio ambiente” como um produto a ser comercializado, abrindo um novo nicho de mercado que possibilita gerar mais acúmulo de riqueza.

Uma das estratégias elaboradas pelo sistema como forma de reprodução sociometabólica do capital é a apropriação da noção de sustentabilidade. Sob esta égide, “crescimento infinito e sustentabilidade” é algo possível.

A ideia do desenvolvimento sustentável considera necessária e possível compatibilizar o “desenvolvimento econômico” ilimitado com a diminuição contínua das desigualdades sociais e a preservação dos “recursos” e equilíbrios naturais (Carneiro, 2005). Para isso, é necessário que os processos produtivos e formas de consumo promovam menos pressão ambiental.

Concordamos com Daly (2004) a respeito da impossibilidade do crescimento sustentável ilimitado e a própria classificação do termo sustentabilidade como uma falácia. A proposta do autor como saída para a situação atual de degradação socioambiental parece tão absurda (para o capital) quanto à situação de degradação que nos encontramos: um mundo com crescimento zero.

Talvez seja o momento de pensar radicalmente, buscando soluções verdadeiras que transgridam o *status quo* dominante e que deixe claro que os entraves ambientais impostos ao capitalismo podem ser vistos como avanços em favor do futuro.

5. COMÉRCIO JUSTO E SOLIDÁRIO, NEGÓCIO VERDE, *MARKETING* AMBIENTAL, *GREENWASHING*

O conceito de desenvolvimento sustentável esbarra em limites intrinsecamente econômicos que é a compatibilização entre a continuação indefinida da acumulação capitalista e a reposição, também indefinida, de suas condições naturais (ZHUORI *et al.*, 2005). A partir dessa ótica, percebe-se o quanto o modelo capitalista de acumulação ilimitada de riqueza abstrata através do lucro é orientado para destruição e degradação generalizada. Propor uma conciliação das demandas relacionadas a esse modelo como a produção, o consumo e a sustentabilidade

socioambiental parece um plano utópico ou até certo ponto, “para Inglês ver”. Essa relação imbricada gera tensões e dá origem a crescentes conflitos pelo acesso aos recursos naturais, cada vez mais escassos. Ademais, a lógica da concentração absoluta do capital vem gerando inúmeros problemas materiais e ambientais além de produzir sistematicamente desigualdade ecológica entre as nações e, dentro de cada uma delas, entre classes e grupos sociais (ALIER, 2007).

Quando analisamos o ciclo de vida dos produtos³, podemos perceber que uma das etapas mais importantes, senão a mais importante, é a inicial, caracterizada pelo manuseio da terra. Isto porque, sem a matéria-prima, nenhum produto poderia ser feito. Esta deveria ser a etapa mais bem remunerada do ciclo de produção, comercialização e consumo, entretanto não é isso que acontece na prática. Devido à quantidade de intermediários na cadeia de produção e consumo e a necessidade de acumulação absoluta perseguida pelo capital, os produtores rurais quase sempre ficam com a menor parte do valor comercializado. Uma resposta a esta situação de desigualdade foi o surgimento do conceito de “Comércio justo e solidário” na Holanda no final da década de 1950. Os fundadores do movimento perceberam, em visita a países de terceiro mundo, que os agricultores do café estavam à beira da miséria mesmo quando suas safras eram totalmente vendidas. A situação chamou a atenção e a constatação foi que o valor pago pelo grão era irrisório quando comparado ao valor final vendido nos estabelecimentos comerciais em países de primeiro mundo. Ficou evidente a desvalorização do agricultor, a sua falta de organização e reconhecimento naquele processo. Em outras palavras, aquele que era uma das partes mais importantes de toda cadeia de suprimentos recebia a menor parcela.

A *World Fair Trade Organization* define o Comércio justo e solidário como uma parceria comercial baseada no diálogo, transparência e respeito, que busca maior equidade no comércio internacional. Contribui para o desenvolvimento sustentável oferecendo melhores condições comerciais e protegendo os direitos dos produtores e

³ O caminho percorrido pelo produto desde que sua matéria-prima foi extraída da natureza, beneficiada industrialmente, transformada em produtos nas fábricas, atribuído-lhe valor através do marketing, comercializado, consumido e descartado.

trabalhadores marginalizados - especialmente no sul (WFTO, 2012, tradução nossa⁴). Para a WFTO, o Comércio justo e solidário é mais do que apenas comercial: isso prova que uma maior justiça no comércio mundial é possível. Ela destaca a necessidade de mudança nas regras e práticas do comércio convencional e mostra como um negócio de sucesso também pode colocar as pessoas em primeiro lugar.

O café foi o primeiro produto comercializado e hoje já são mais de 1400 produtos vendidos através de mais de 3000 pontos de vendas só na Holanda, além de 300 organizações espalhadas por mais de 60 países (Fair Trade Original, 2012). Uma pergunta emerge desse contexto: essa iniciativa seria suficiente para conter a acelerada degradação socioambiental? E o capital ficaria parado em meio a esse possível novo entrave? Ao que parece não foi preciso muito esforço do capital frente a esse novo entrave. As regras básicas de mercado se encarregaram de cooptar esta nova modalidade de comércio. O capital parece estar atento a tudo o que acontece e ao que pode vir a ser fonte de renovação e autorreprodução frente aos entraves ao seu desenvolvimento. Foi assim que muitos capitalistas viram no conceito de Comércio Justo uma oportunidade de mercado que poderia ser adequada aos moldes do capitalismo tradicional de acumulação de riqueza abstrata.

Na verdade o capital não se assusta com a nova iniciativa, mas se associa a ela e cria a partir disso o conceito de negócio verde, deturpando todo o ideal de sustentabilidade e solidariedade inicialmente propostos. A ideia de negócio verde surge com força a partir do momento em que os movimentos ambientalistas conseguem despertar sentimentos de repulsa e preocupação para com a acelerada degradação socioambiental no mundo em um número de pessoas cada vez mais significativo de pessoas, especialmente a partir da década de mil novecientos e setenta. Foi também neste período que acontece a primeira reunião dos principais países do mundo para discutir os problemas ambientais que já mostravam sinais de saturação. A partir do momento em que as pessoas começam a procurar produtos ambientalmente conscientes, éticos, responsáveis, produzidos com a preocupação de exercer menor pressão ambiental, o capital também passa a observar essa iniciativa e

⁴ *Fair Trade is a trading partnership, based on dialogue, transparency and respect, that seeks greater equity in international trade. It contributes to sustainable development by offering better trading conditions to, and securing the rights of, marginalized producers and workers – especially in the South.*

interesse de um público específico como uma oportunidade. O que se vê a partir daí é mais uma desvirtuação de um modelo que parecia apresentar uma alternativa viável ao modelo dominante de acumulação absoluta de destruição acelerada dos recursos naturais. É verdade que a proposta de comércio justo e solidário continua em funcionamento, e muitos produtos são produzidos e comercializados dentro desse modelo, mas seu alcance ainda é incipiente frente à força e penetração do capitalismo e seu impacto sobre o ambiente.

Nesse novo contexto em que os cidadãos passam a se preocupar com o meio ambiente e sua degradação, as empresas são forçadas a fazer o mesmo, e surge a ideia de *Marketing Verde*. Segundo Kotler:

No *marketing verde*, os consumidores desejam encontrar a qualidade ambiental nos produtos e serviços que adquirem. Percebemos, assim, que nenhum esforço por parte das empresas tem sentido, se os consumidores insistirem em continuar consumindo determinados bens que agredam a natureza (KOTLER, 2002, p. 94).

É na década de 1990 que o movimento empresarial verde se torna relevante, usado como uma ferramenta de competitividade fazendo justamente o que muitos não imaginavam ser possível no início das mobilizações ambientais vinte anos antes: as empresas começam a se ajustar para reduzir seus impactos ambientais, entretanto pelos seus atos sempre foram claras suas intenções – ampliar o consumo. Ao adotar o *marketing verde*, a organização deve criar, colocar no mercado produtos ambientalmente responsáveis e informar a seus consumidores acerca das vantagens de se adquirir esses produtos e serviços, de forma a estimular (onde já exista) e despertar (onde ainda não exista) o desejo do mercado por esta categoria de produtos (KOTLER, 1995; TEIXEIRA, 2009). Mas em mundo dominado pelo capitalismo, a necessidade de acumulação de capital sempre fala mais alto e o que deveria ser uma regra na conduta das empresas dá espaço a uma nova saída do capital para os altos custos de proteger o meio ambiente; entra em cena o conceito de *greenwashing*.

As empresas perceberam que associar sua marca à preocupação ambiental era um bom negócio; os consumidores cada vez mais preocupados com o futuro do planeta passaram a privilegiar produtos de empresas que tinham um apelo ambiental

bem trabalhado e claramente estabelecido. Entretanto, elas também perceberam que ser ambientalmente responsável custa caro, os processos de produção mais limpos tem altos custos; em muitos casos, as empresas seriam forçadas a abandonar produtos rentáveis eventualmente nocivos ao meio ambiente, mudar processos produtivos para reduzir emissão de resíduos na natureza, adquirir tecnologias que as permitissem garantir que futuras gerações tenham minimamente acesso aos mesmos recursos que nós temos hoje. Então resolveram apenas contar de forma diferenciada que suas ações – passaram a dizer que seus produtos e serviços tinham relação positiva com o meio ambiente, quando, na verdade, não tinham. Daí que surge a prática de *greenwashing*, que em tradução livre significa “lavagem verde” ou “limpesa da reputação”. Dito de outra forma, é distorcer os fatos e suas ações, “pintar de verde” produtos, serviços e procedimentos produtivos e práticas de tratamento de resíduos afirmando serem ambientalmente responsáveis, quando na verdade nunca foram. De maneira geral as empresas que praticam o *greenwashing* o fazem incorrendo nos seguintes erros, considerados comumente como os sete pecados (Nunes & Spitzcovsky, 2010):

- **Custo ambiental camuflado:** se refere aos rótulos que destacam uma qualidade ambiental do produto para camuflar outras características insustentáveis que, juntas, têm um custo ambiental muito maior;
- **Falta de prova:** analisa as declarações vagas nas embalagens dos produtos, como “ambientalmente correto”, que não especificam os fatos em que são baseadas;
- **Incerteza:** se refere a expressões que provocam dúvida no consumidor, como o termo “material reciclado”, que não indica, exatamente, a porcentagem do produto que foi feita do reaproveitamento de materiais;
- **Culto a falsos rótulos:** condena as embalagens que, a partir de palavras ou imagens, querem passar a falsa ideia de endosso de entidades de renome, como a FSC;
- **Irrelevância:** se refere aos rótulos de produtos que indicam uma qualidade que, na verdade, possui benefício ambiental quase nulo;

- **Mentira:** indica embalagens que contém declarações totalmente falsas e;
- **Menos pior:** se refere a produtos que, por mais que tenham qualidades ambientais, só trazem malefícios para o consumidor e para o meio ambiente, como o cigarro orgânico.

A prática de *greenwashing* demonstra que o capital nem sempre enfrenta suas barreiras para atingir seus objetivos, em muitos casos ele é capaz de se associar a elas para encontrar um caminho alternativo e conseguir seus objetivos de acumulação de capital. Tais fatos demonstram o quão difícil e contraditória é a relação de capitalismo e sustentabilidade andando de mãos dadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Questões relacionadas aos limites do sistema capitalista vêm sendo levantadas desde a sua implantação. Entretanto, temos assistido como meros espectadores o seu avanço frente às barreiras impostas pelas instituições de defesa do futuro e que reconhecem o capitalismo como um sistema essencialmente predatório autodestrutivo, que caminha invariavelmente para o esgotamento dos recursos necessários à sua própria existência, sejam eles humanos, socioambientais ou mesmo de ordem econômica. Ou seja, é justamente a sua natureza que o torna orientado para destruição, degradação e esgotamento generalizado.

Como vimos, a lógica de acumulação ilimitada de riqueza abstrata em que se assenta o sistema capitalista propõe que o desenvolvimento social e humano esteja correlacionado positivamente ao crescimento econômico. Todavia, não é isto que a história vem demonstrando, especialmente a partir do momento em que o capitalismo se tornou o sistema econômico com hegemonia mundial. Seu princípio básico de acumulação é contraditório com a necessária distribuição equitativa de renda que tiraria os países pobres de situações de calamidade socioambiental em que se encontram. O capitalismo é um fenômeno histórico mundial com desenvolvimento desigual pelo mundo (GRAMSCI, 1977).

No outro extremo dessa trama está o processo de degradação socioambiental em estágio avançado na maior parte do planeta e os ativistas pró meio ambiente. Pesquisadores e instituições (ASSUNÇÃO, 2010; Daly, 2004; Fair Trade Original, 2012; FREESTONE & MCGOLDRICK, 2007; HARRISON *et al.*, 2005;) apontam o modelo vigente de produção e consumo fomentado pelo capitalismo como um dos principais protagonistas da atual degradação socioambiental. As estimativas feitas demonstram categoricamente que a situação tende a piorar à medida que os anos avançam e o estilo de vida é cada vez mais voltado para o consumo. É consenso, ao menos entre aqueles que procuram proteger a sobrevivência das futuras gerações, que a “externalidade” socioambiental precisa ser tratada com seriedade e firmeza, acima de tudo com a coragem necessária para enfrentar a força do sistema vigente que tem ramificações em todas as esferas da nossa sociedade.

Aparentemente alheio a todos os questionamentos, o sistema capitalista continua a seguir o seu rumo e cumprir o seu papel em busca da acumulação ilimitada. Uma de suas facetas mais marcantes é a capacidade de se autorreproduzir para manter seu funcionamento e hegemonia como sistema econômico. Mesmo diante de esforço de movimentos ambientalistas e com o aumento da conscientização a respeito do processo de degradação ambiental, o sistema continua criando formas de se reproduzir, se adaptando e cooptando aqueles que estiverem em seu caminho. O conceito de desenvolvimento sustentável é, sem dúvida, um dos seus maiores sucessos. Propor um “processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro” (CMMAD, 1986) é realmente uma afirmação a ser elogiada. Entretanto, não é necessária uma análise profunda da situação com observação do sistema capitalista e a degradação socioambiental para perceber que se trata de metas contraditórias, que caminham em sentidos opostos. Ou seja, “o desenvolvimento sustentável e o capitalismo” é uma coexistência, além de contraditória, inviável.

Na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada no Brasil em junho de 2012, a Rio+20, os principais países do mundo se reuniram para discutir os problemas ambientais e os entraves ao desenvolvimento econômico. Ficou evidenciado que mundo continuará apostando no desenvolvimento

sustentável (Rio+20, 2012); dito de outra forma, os países membros continuarão apostando as suas fichas no mesmo modelo de desenvolvimento que nos levou ao atual estágio de degradação socioambiental planetário; continuarão em busca da redução da pobreza, dos padrões de consumo e produção sustentáveis; continuarão em busca de crescimento econômico e social da mesma forma que foi feito até o presente momento. O futuro que queremos, entretanto, não poderá ser alcançado fazendo as mesmas coisas e da mesma forma que fizemos até agora; “desenvolvimento sustentável e capitalismo” é uma contradição; crescimento econômico e social simultâneos, com bases capitalistas como apresentado no presente artigo, é uma falácia. Precisamos rever toda estrutura do sistema e repensar comportamentos e objetivos em curso hoje para pensar com seriedade no futuro que queremos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALIER, Joan Martinez. *O ecologismo dos pobres*. São Paulo: Contexto, 2007.
- AMORIM, L. T.; OLIVEIRA, I. P. As relações entre o surgimento da sociedade pós-industrial e a revolução ambiental In: *Revista Faculdade Montes Belos*, v. 4, n. 1, set. 2011.
- ASSUNÇÃO, L. *Consumo é o cerne da questão ambiental*. Disponível em: <<http://mercadoetico.terra.com.br/arquivo/consumo-e-o-cerne-da-questao-ambiental/>> Acesso em: 12 de julho de 2010.
- BOEIRA, Sérgio Luís. Crise civilizatória & ambientalismo transetorial In: *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis v. 16 n.23 pp. 71-102, 1998.
- CAPRA, Fritjof. *A teia da vida*. Editora Cultrix, 2000.
- CARNEIRO, Eder Jurandir. *Política ambiental e a ideologia do desenvolvimento sustentável* In: ZHUORI, Andréa, LASCHEFSKI, Klemens e PEREIRA, Doralice.
- Barros. *A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimentos e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte : Autêntica, 2005.
- DALY, Herman E. *Crescimento sustentável? Não, obrigado*. Ambient. soc. vol. 7 no. 2 Campinas July/Dec. 2004.
- Fair Trade Original. *About Fair Trade Original*. Disponível em:

<<http://fairtrade.nl/EN/MainExtendedContent/About-Fair-Trade-Original.aspx>>.

Acesso em 11 de agosto de 2012.

FARHI NETO, L. *Concepções filosóficas ambientalistas: Uma Análise das Diferentes Perspectivas*. Florianópolis, v. 5, n. 3, pp. 33-56, Jul., 2006.

FREESTONE, O. M.; MCGOLDRICK, P. J. *Motivations of the Ethical Consumer*. Springer Netherlands, 2007.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Os (des)caminhos do meio ambiente*. São Paulo: Contexto, 2006.

GRAMSCI, A. *Selections from political writings 1910-1920*. London : Lawrence and Wishart, 1977. GUSMÃO, A. C. F.; DEMARTINI, J. L. C. *Gestão Ambiental na Indústria*. Rio de Janeiro. Editora Destaque. 2003.

HARRISON, R.; NEWHOLD; T.; SHAW, DEIRDRE. *The Ethical Consumer*. London: Sage Publications, 2005.

KOTLER, Philip. *Marketing para o século XXI*. 12 ed. São Paulo, Futura, 2002.

_____. *Princípios de marketing*. 7ª ed. Rio de Janeiro. Qualitymark, 1995, pp. 479-481.

NUNES, Mônica; SPITZCOVSKY, Débora. *Brasil é o país que menos pratica greenwashing*. Planeta Sustentável, 2010. Disponível em: <<http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/desenvolvimento/greenwashing-brasil-marketing-propaganda-verde-produtos-570487.shtml>> Acesso em 12 de agosto de 2012.

RAMÃO, F. S.; MELO, M. V. N., OLIVEIRA, L. D. A ideologia do desenvolvimento sustentável: considerações sobre a sua prática no ensino de geografia. III Encontro de Geografia. ISSN 2179-3263. 16 a 19 de novembro de 2010. Campos dos Goytacazes – RJ.

Rio+20. *The Future We Want*. Rio de Janeiro: United Nations, A/conf.216/L.I, 2012.

TEIXEIRA, Alessandra. *O marketing verde*. São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.marketing.com.br/index.php?view=article&catid=39%3Aambiental&id=121%3Amarketing-verde&tmpl=component&print=1&page=&option=com_content>. Acesso em: 18 de agosto, 2009.

WFTO – World Fair Trade Organization. *What is fair trade?* Disponível em <http://www.wfto.com/index.php?option=com_content&task=view&id=1&Itemid=13>. Acesso em 11 de agosto de 2012.

ZHUORI, Andréa, LASCHEFSKI, Klemens e PEREIRA, Doralice Barros. *A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimentos e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte : Autêntica, 2005.

ZHOURI, Andréa, LASCHEFSKI, K. e PAIVA, A. *Uma sociologia do licenciamento ambiental: o caso das hidrelétricas em Minas Gerais* In: ZHOURI, A. *et al.* (orgs.). *A insustentável leveza da política ambiental*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

ZHOURI, Andréa; OLIVEIRA, Raquel. *Industrial landscapes and the uprooting of local populations: social and environmental conflicts in hydroelectric projects*. Teoria e Sociedade, v. 1, s/n., 2006.

ZHOURI, Andréa. Justiça ambiental, diversidade cultural e accountability: desafios para a governança ambiental In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 68, out., 2008, pp. 97-194.

Recebido em 12 de novembro de 2015.

Aceito em 13 de dezembro de 2015.